

Association for Information Systems

AIS Electronic Library (AISeL)

CAPSI 2022 Proceedings

Portugal (CAPSI)

Fall 11-5-2022

The Meaning and Importance of (e-digital) Citizenship for Poor Populations: A Case Study in Belo Horizonte, Brazil

Samir Haddad

Instituto Universitário de Lisboa (ISCTE-IUL), ISTAR-Iscte, samir_haddad@iscte-iul.pt

Abílio Oliveira

Instituto Universitário de Lisboa (ISCTE-IUL), ISTAR-Iscte, abilio.oliveira@iscte-iul.pt

Bráulio Alturas

Instituto Universitário de Lisboa (ISCTE-IUL), ISTAR-Iscte, braulio.alturas@iscte-iul.pt

Follow this and additional works at: <https://aisel.aisnet.org/capsi2022>

Recommended Citation

Haddad, Samir; Oliveira, Abílio; and Alturas, Bráulio, "The Meaning and Importance of (e-digital) Citizenship for Poor Populations: A Case Study in Belo Horizonte, Brazil" (2022). *CAPSI 2022 Proceedings*. 49.

<https://aisel.aisnet.org/capsi2022/49>

This material is brought to you by the Portugal (CAPSI) at AIS Electronic Library (AISeL). It has been accepted for inclusion in CAPSI 2022 Proceedings by an authorized administrator of AIS Electronic Library (AISeL). For more information, please contact elibrary@aisnet.org.

O Significado e a Importância da Cidadania (e-digital) para as Populações Pobres: Um Estudo de Caso em Belo Horizonte, Brasil

The Meaning and Importance of (e-digital) Citizenship for Poor Populations: A Case Study in Belo Horizonte, Brazil

Samir Haddad, Instituto Universitário de Lisboa (ISCTE-IUL), ISTAR-Iscte, Portugal,
samir_haddad@iscte-iul.pt

Abílio Oliveira, Instituto Universitário de Lisboa (ISCTE-IUL), ISTAR-Iscte, Portugal,
abilio.oliveira@iscte-iul.pt

Bráulio Alturas, Instituto Universitário de Lisboa (ISCTE-IUL), ISTAR-Iscte, Portugal,
braulio.alturas@iscte-iul.pt

Resumo

No Brasil, mesmo após 21 anos de implementação das políticas de inclusão digital, ainda há escassez de dimensões e indicadores para a construção de modelos estatísticos que avaliem a eficácia destas políticas no que tange o exercício da cidadania, como forma de contribuir para a redução da infoexclusão num contexto global de aumento dos níveis de pobreza nas últimas décadas. O presente estudo explora o significado e a importância da cidadania para os pobres por meio de questionário respondido por 515 utilizadores de 84 telecentros em Belo Horizonte, Brasil. Utilizando-se Análise de Componentes Principais (ACP), obtiveram-se três dimensões para cidadania com 31 indicadores e três dimensões para cidadania digital com 33 indicadores. Avaliadas no contexto da sociedade atual, tais dimensões se mostraram complementares e indissociáveis para o efetivo exercício da cidadania. Assim, os resultados deste estudo contribuem para o aperfeiçoamento de políticas públicas de inclusão digital e combate à pobreza.

Palavras-chave: cidadania; cidadania digital; dimensões; indicadores; análise de componentes principais

Abstract

In Brazil, even after 21 years of implementing digital inclusion policies, there is still a shortage of dimensions and indicators for the construction of statistical models to assess the effectiveness of these policies in terms of the exercise of citizenship, as a way of contributing to the reduction of infoexclusion in a global context of rising poverty levels in recent decades. The present study explores the meaning and the importance of citizenship for the poor through a questionnaire answered by 515 users from 84 telecenters in Belo Horizonte, Brazil. Using Principal Component Analysis (PCA), three dimensions with 31 indicators were obtained for citizenship and three dimensions with 33 indicators for digital citizenship. Assessed in the context of today's society, these dimensions proved to be complementary and inseparable for the effective exercise of citizenship. Thus, the results of this study contribute to the improvement of public policies for digital inclusion and fighting poverty.

Keywords: citizenship; "digital citizenship"; dimensions; indicators; "principal component analysis"

1. INTRODUÇÃO

No século XX, no decorrer da chamada era da modernidade foi-nos embutida a ideia de que ser cidadão é ser obediente e passivo em face de um estado de direito dependente da iniciativa do Estado (eg.,

Massensini, 2011; Snyder, 2016). Esse conceito, que remete a iniciativa privada e coletiva para segundo plano, subserviente ao poder estatal, deixou de prevalecer na presente era da pós-modernidade, em que as novas tecnologias imperam, e a informação e a facilidade de comunicação ganham uma importância antes desconhecida. Nesse contexto, cada cidadão que tenha acesso e capacidade para usar as tecnologias emergentes pode desencadear ações coletivas e sociais com um simples ‘click’. Começou assim a ganhar força a ideia de que dominando a mídia e a mídia social, pode-se conquistar mais autonomia e gerar movimentos sociais. O que nos aproxima da ideia, ainda utópica, de que podemos todos ser realmente ‘iguais’.

A sociedade em rede é reflexo, consequência ou representação da realidade social, significando que ser cidadão é participar não mais em obediência ao Estado, mas segundo a capacidade individual de atuar na elaboração das regras sociais, de acordo com a experiência e o conhecimento adquiridos. Pelo que, essa sociedade em rede ou sociedade de informação possibilita a participação autônoma e ativa de qualquer cidadão que lhe tenha acesso, capacidade e conhecimento para lhe aceder e oportunidade de expressão. Logo, por meio das Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC), todos os indivíduos têm, potencialmente, os mesmos direitos civis, sociais e políticos, independentemente do sexo, raça, condição social, nível de escolaridade e opção política ou religiosa – situação que configura o conceito de cidadania ativa, digital ou hipercidadania (e.g., Fernández-Prados, Lozano-Díaz, Ainz-Galende, (2021), Bustamante, 2010; Castells, 2003).

A cidadania digital é uma concepção sistêmica da sociedade em rede, baseada na informação, no conhecimento e na participação cidadã, em que as desigualdades, mesmo entre os países, refletem diferenças em nível de conhecimento, oportunidade, acessibilidade e uso das TIC. O que se associa ao entendimento (ou conscientização) individual e social sobre quais as funções e papéis que cada um(a) pode desempenhar na sociedade em rede (e.g., Poker, 2009; Silva, 2013; Mendes, 2001).

O sonho utópico de uma sociedade igualitária, prometido pela sociedade em rede, parece cada vez mais distante. O que parece paradoxal, mas que se entende pela dificuldade que permanece em reduzir a pobreza, promover melhores condições de vida, aumentar as oportunidades de trabalho e de ascensão social. Quem é pobre e não tem possibilidade ou capacidade de usar as TIC, pelo relevo que estas têm, é relegado para segundo plano, como se fosse um estranho à sociedade em rede, perdendo a chance de nela participar, o que, indiretamente, tem consequências na sua esfera social e profissional.

Se sociologicamente todo cidadão deve viver em sociedade e se sentir membro dela ao contribuir com normas e regras sociais, como pode um Estado, como o brasileiro, com tantas discrepâncias socioeconômicas e contradições e diferenças regionais, garantir a igualdade de condições na própria nação, para que todos tenham igual direito em exercer a cidadania, para que não haja estratificação dos cidadãos por classe social sem saber o que significa cidadania e cidadania digital para as pessoas pobres?

Neste sentido, para se entender a real necessidade destas populações, partiu-se de trabalhos anteriores sobre as TIC (e.g., Garrido, Hart & Santana, 2012, Ribble (2011), CGI.br, 2013, Haddad, S., Oliveira, A. & Cardoso, G., 2016) mas que não são suficientes, por si só, para responder as questões complexas que se colocavam. Então, fez-se necessário identificar fatores e indicadores que refletiam a realidade dessas comunidades pobres para que se possa ter as dimensões/fatores/indicadores de cidadania e cidadania digital como base para a construção de instrumentos e modelos conceituais estatísticos. Só assim, conhecendo esta realidade será possível a elaboração de políticas públicas que contribuam para a redução da pobreza e da infoexclusão. Exemplificando, se forem utilizadas algumas escalas existentes na literatura sobre exercício da cidadania e cidadania digital (e.g., contribuir para a redução do efeito estufa, participar de conselhos e instituições internacionais para a melhoria de vida do planeta, dentre outras), com certeza, essas escalas não farão parte das que comporão uma escala de avaliação da cidadania e da cidadania digital para as populações socialmente desfavorecidas porque estas estão a precisar, em primeiro lugar, de casa, comida, emprego e acesso à internet.

Partindo desta necessidade para avaliação de políticas públicas sociais, neste caso a de inclusão digital, cujo o objetivo final é o exercício da cidadania, especificamente para as classes sociais pobres (famílias com renda familiar até três salários mínimos no Brasil – classes C, D e E) que necessitam e utilizam dessas políticas, porque as demais classes socialmente favorecidas (Classes A e B) não as utilizam para se inserirem na sociedade e exercer a sua cidadania e cidadania digital, procurou-se utilizar espaços chamados Telecentros, instalados em áreas de vulnerabilidade social (favelas ou comunidades) na cidade de Belo Horizonte, Brasil, que são ofertados acesso a computadores, impressoras, internet e com oferta de cursos. O questionário foi aplicado nestes espaços e para essa população que o frequenta e buscou responder a várias questões, mas para este artigo, serão abordadas apenas duas delas, sendo:

- a) Definir os indicadores que compõe o entendimento de cidadania;
- b) Definir os indicadores que compõe o entendimento de cidadania digital.

2. METODOLOGIA

O presente estudo é quantitativo. Optou-se por utilizar no questionário online uma escala ordinal do tipo Likert de 5 pontos. Para a composição dos itens (indicadores) deste questionário, utilizamos as escalas e/ou indicadores já publicados na literatura, mas os adaptamos à realidade dos usuários de Telecentros, quer pela sua dimensão e abrangência de ação, quer pela compreensão gramatical. Além deste estudo, cabe ressaltar que autores como Ribble (2011), Castells (2003), Garrido, Hart & Santana, Massensini (2011), Marshall (1967), dentre outros contribuíram teoricamente para a construção do questionário aplicado, mas suas contribuições teóricas (não indicadores), isoladamente, não representam a realidade do público alvo desta pesquisa e poder-se-ia ter um questionário sem respostas ou com repostas equivocadas. Por exemplo, os indicadores, Lutar contra a exclusão digital, O acesso

às TIC de jovens pobres (que não têm oportunidades); Combater online qualquer exclusão (cultural, econômica, territorial ou étnica), entre outros. Assim, interessam-nos a resposta de um questionário que contemple não apenas uma teoria, mas diversas que reflitam a realidade local, não sendo, portanto, objeto deste artigo classificá-las e distingui-las.

O questionário foi elaborado com 14 perguntas e 357 respostas, sendo 332 respostas com escala Likert e 25 respostas abertas ou de múltipla escolha usando o software Qualtrics, disponível na plataforma online do ISCTE-IUL. Para este artigo apresentam-se os resultados apenas das questões Q5 e Q6. (cf. Tabela 1).

Grupos	Nº da Questão	Questão	Nº respostas – com Likert	Nº respostas – sem Likert
Cidadania	Q5	Para você, a Cidadania é:	31	1
	Q6	Para você, a Cidadania Digital (em nível virtual) é:	33	1
Total			64	2

Tabela 1 - Nº de perguntas e respostas do questionário estudo 3 - inferencial

Nas questões optou-se por utilizar a técnica estatística: Análise de Componentes Principais (ACP) que nos permitiu a redução de um conjunto de indicadores (variáveis) correlacionáveis entre si, em outro conjunto com menor número de variáveis não correlacionadas entre si e designadas por componentes principais. Além disso, utilizaram-se critérios de qualidade, como valor próprio, variância explicada (acima de 50%) e Alfa de Cronbach (*e.g.*, Laureano & Botelho, 2017). A partir dessa solução inicial e apoiados na literatura (*e.g.*, Pestana & Gageiro, 2014), analisaram-se os indicadores que apresentavam baixa comunalidade (peso ou carga fatorial menor que 0,500) ou eram mistos (peso ou carga fatorial acima de 0,500 em mais de um indicador) e estes foram suprimidos do conjunto de indicadores de cada ACP.

Com a escolha da técnica da ACP fez-se necessário verificar a qualidade das correlações entre as variáveis com os procedimentos estatísticos Kaiser-Meyer-Olkin Measure of Sampling Adequacy (KMO) e teste de Bartlett.

O público-alvo foram as pessoas pobres que frequentam os Telecentros instalados em áreas de vulnerabilidade social de Belo Horizonte, Brasil. A amostra inicial foi superior a 700 sujeitos, que se definiu como uma amostra estratificada, não paramétrica aleatória por não apresentar uma distribuição normal. Assim pessoas que frequentaram os telecentros respondiam, espontaneamente, os questionários online instalados nos computadores dos mesmos. Expurgados os questionários incompletos, obteve-se uma amostra final de 515 usuários de 84 Telecentros (tipologias diferentes) ativos em Belo Horizonte, de classe social C, D e E, com idade entre oito e 70 anos, diferentes escolaridades, estado civil, profissão, aposentados, desempregados e níveis de conhecimento em TIC. O tratamento de dados foi feito utilizando o software SPSS.

3. DISCUSSÕES (RESULTADOS)

As ACP finais das entidades cidadania e cidadania digital nos revelaram ao total 6 fatores/dimensões e 47 indicadores com alta qualidade de variância explicada (acima de 50%). O Alfa de Cronbach revelou um elevado grau de confiabilidade entre as variáveis e os itens que as englobam, tendo fortes índices de correlação entre si (KMO). Dos 64 indicadores iniciais para as duas entidades, 17 foram excluídos nas ACPs finais por apresentarem baixa comunalidade (peso ou carga fatorial menor que 0,500) ou eram mistos (peso ou carga fatorial acima de 0,500 em mais de um indicador). Na Tabela 02 descrevem-se os fatores e os seus critérios de qualidade.

Entidades	KMO	Variância Total	Fatores/Dimensões	Alpha de Cronbach (α)	Indicadores	Indicadores Excluídos	
1	Cidadania	0,959	64,8%	Direitos Sociais	0,929	7	8
				Direitos Cívicos	0,906	5	
				Direitos Políticos	0,930	11	
2	Cidadania Digital	0,962	59,5%	Integração social	0,946	16	9
				Acesso ao digital	0,792	4	
				Literacia digital	0,801	4	

Tabela 2 - Resultados das ACPs finais

Cada um dos fatores relacionados às entidades (cidadania e cidadania digital) foram conceituados com base literatura existente. Estes fatores são representados por um conjunto de indicadores considerados significativos pela população em estudo. Portanto, não é objetivo deste artigo discutir se tais fatores/indicadores são inovadores ou já existentes na literatura, nem descrever a relação entre os fatores e seus indicadores com as teorias dos autores que a justificam. Sua contribuição é demonstrar o que tais indicadores representam e o grau de importância para essas populações. A seguir apresenta-se os resultados.

3.1. ACP Cidadania

Dessa ACP extraíram-se três fatores:

O primeiro fator obtido agrupa itens que remetem, por um lado, para as questões associadas aos Direitos Sociais – nomeadamente, Ter o que comer; Ter moradia (casa); Ter responsabilidade; Ter ocupação profissional reconhecida por Lei; Ter lazer; Ser respeitado(a); e Ter direito ao trabalho e a rendimentos).

O segundo associa itens aos Direitos Cívicos (respectivamente, Ter liberdade de pensamento e comunicação; Respeitar o espaço de cada um(a); Viver coletivamente em harmonia; Ser livre (na sociedade); Saber ouvir e falar) (e.g., Marshall, 1967), e a componente Direito Civil (e.g., Massensini, 2011; Caraça, 2007).

O terceiro fator engloba indicadores que, essencialmente, se referem à possibilidade de participação, intervenção ou manifestação política, ou a questões associadas à esfera política, isto é, aos Direitos Políticos (itens: Poder participar em questões sociais, ambientais, políticas, etc.; Manifestar-se politicamente de forma livre; Participar de movimentos políticos/sociais; Poder pronunciar-se e lutar pelos seus direitos; Fazer-se ouvir; Preocupar-se com o coletivo ou comunidade - por solidariedade;

Conscientizar-se sobre da realidade em que vive; Haver igualdade de direitos - baseada em ideias, valores e crenças; e Igualdade de obrigações para todos - baseada em ideias, valores e crenças) (e.g., Marshal, 1967).

Os indicadores de cada fator são apresentados na Tabela 3.

Cidadania Itens	Componentes		
	Direitos Sociais	Direitos Cívicos	Direitos Políticos
Ter o que comer	0,827		
Ter moradia (casa)	0,825		
Ter responsabilidade	0,788		
Ter ocupação profissional reconhecida por lei	0,760		
Ter lazer	0,758		
Ser respeitado(a)	0,754		
Ter direito ao trabalho e a rendimentos	0,750		
Ter liberdade de pensamento e comunicação		0,738	
Respeitar o espaço de cada um(a)		0,716	
Viver coletivamente em harmonia		0,694	
Ser livre (na sociedade)		0,672	
Saber ouvir e falar		0,664	
Participar no desenvolvimento local			0,822
Poder participar em questões sociais, ambientais, políticas, etc.			0,805
Manifestar-se politicamente de forma livre			0,793
Participar de movimentos políticos/sociais			0,788
Poder pronunciar-se e lutar pelos seus direitos			0,737
Fazer-se ouvir			0,716
Preocupar-se com o coletivo ou comunidade (solidariedade)			0,697
Conscientizar-se sobre a realidade em que vive			0,687
Haver igualdade de direitos (baseada em ideias, valores e crenças)			0,583
Igualdade de obrigações para todos (baseada em ideias, valores e crenças)			0,563
Valores próprios		7,900	7,000
Variância explicada (%)		34,300	30,500
Variância acumulada (%)		34,300	64,800
Alpha de Cronbach (α)	0,929	0,906	0,930
ACP Cidadania: solução fatorial, após rotação <i>varimax</i> , com normalização Kaiser, convergente três iterações; KMO= 0,959; teste de esfericidade de Bartlett= 9868,789; significância= 0,00			

Tabela 3 - Solução fatorial (otimizada) das dimensões de Cidadania

3.2. ACP Cidadania Digital

Dessa ACP extraíram-se três fatores: integração social, acesso digital, e literacia digital. Estes três fatores representam o conceito definido por Massensini (2011), Silveira (2010) e Snyder (2016), além de refletir parte dos nove elementos como essenciais para o exercício da cidade digital, conforme definido por Ribble (2011).

O primeiro fator obtido agrupa itens que remetem à possibilidade de, usando meios digitais, estar mais apto para resolver várias questões, atuar na sociedade, dominar as TIC, participar na resolução de problemas, etc., ou seja, cidadania digital é de algum modo sinônimo à integração social por via da capacidade de agir nos meios digitais, i.e., de modo mais sintético, uma forma de integração social. Tais itens se relacionam aos quatro elementos definidos por Ribble: etiqueta digital, lei digital, direitos

e responsabilidades digitais e segurança digital (e.g., Massensini, 2011; Silveira, 2010; Snyder, 2016; Ribble, 2011).

O segundo engloba indicadores que, essencialmente, referem-se ao direito de acesso ao digital. Mais do que direito ao acesso à informação, às TIC, à internet, o direito de se informar online, há a necessidade de lutar contra a exclusão digital como indicado pelo item com carga fatorial (ou loading) mais relevante, logo, o que aqui se ressalva é o direito à inclusão (ou integração) digital. Tal direito foi aprovado pela ONU como obrigação dos Estados, e reivindicado pelos usuários dos Telecentros. (e.g., ONUbr, 2016; Figueiredo, 2007).

O terceiro, Literacia Digital, engloba indicadores associados com um dos elementos definidos por Ribble's - Literacia Digital - e com o processo de combate à infoexclusão exercido pelo Estado, pela sociedade e pelas pessoas (e.g., Neves, 2007, Morais & Alturas, 2013, Snyder, 2016).

Os indicadores de cada fator são apresentados na Tabela 4.

Itens	Cidadania digital		
	Integração social	Acesso ao digital	Literacia digital
Resolver várias questões online	0,721		
Usar a internet para participação social e econômica na sociedade	0,700		
Uma forma online de manifestar e mobilizar na sociedade da informação	0,688		
Ter domínio no uso das TIC	0,685		
Sentir que posso ajudar a resolver qualquer problema	0,673		
Saber usar as TIC para fins de bem social	0,670		
Usar as TIC para conscientizar as pessoas a viver em sociedade	0,667		
Uma forma ativa de agir que fortalece o exercício da cidadania	0,664		
Usar a internet para participação política	0,658		
Usar as TIC de forma responsável	0,656		
Sentir-me conectado(a) a qualquer pessoa em qualquer lado	0,645		
Ter acesso a qualquer processo (recurso, norma ou sistema) online	0,641		
Promover o acesso aos mundos digitais	0,605		
Processo online para resolver problemas (da comunidade, do país ou do mundo)	0,581		
Poder participar em quaisquer processos online (recursos, sistemas, etc.)	0,544		
O processo online de conquistar (igualdade de) direitos	0,519		
Lutar contra a exclusão digital		0,766	
O acesso às TIC de jovens pobres (que não têm oportunidades)		0,708	
Garantia do direito a ter acesso à internet		0,648	
O direito de se informar online		0,576	
Ajudar cada um(a) a sentir-se membro da sociedade			0,788
Convidar o outro a participar na sociedade			0,723
Combater online qualquer exclusão (cultural, econômica, territorial ou étnica)			0,683
Desenvolver serviços de governo online			0,642
Valores próprios	7,497	3,850	3,535
Variância explicada (%)	29,987	15,402	14,140
Variância acumulada (%)	29,987	45,389	59,529
Alpha de Cronbach (α)	0,946	0,792	0,801

ACP Cidadania digital: Solução fatorial, após rotação varimax, com normalização Kaisera, convergente em seis iterações; KMO=0,962; teste de esfericidade de Bartlett=8007,513; significância=0,00

Tabela 4 - Solução fatorial (otimizada) das dimensões de Cidadania Digital

Assim, definir cidadania significa incorporar as várias transformações produzidas ao longo da história da humanidade, desde a Grécia antiga, em que se limitava aos indivíduos livres, que gozavam de privilégios, passando aos que obedeciam às normas estabelecidas pelo Estado até se chegar à cidadania no século XXI, em que o cidadão passou a ser sujeito de direitos, sem distinção de sexo, raça, convicção política ou religiosa e que se expressa livremente e com direito ao domínio sobre seu corpo e sua vida (e.g., Diniz, 2014; Covre, 2001). Diniz (2014, p.10) complementa ainda que a construção do conceito de cidadania se deu pela mobilização de: [...] pessoas e organizações, na busca pela construção de uma sociedade igualitária e participativa. Hoje, mais do que nunca, a participação popular se apresenta como uma das mais visíveis demonstrações do exercício da cidadania, sendo, ao mesmo tempo, uma garantia para esse exercício, possibilitando e assegurando outros direitos.

Logo, ser cidadão implica ter direito à vida, com liberdade, igualdade, perante a lei, em participar no destino da sociedade, saber decidir, opinar de forma construtiva, respeitar os direitos de outrem, ter direito à educação, ao trabalho, ao salário justo, à saúde, a uma velhice tranquila (e.g., Diniz, 2014; Pinsky & Pinsky, 2005). Na perspectiva da participação no destino da sociedade, a cidadania poder ser passiva, assegurando direitos em sociedade, como forma de garantir o direito à vida, ou ativa, fomentando o direito à vida em sociedade, com participação civil e política (e.g., Massensini, 2011; Silveira, 2010).

No processo de desenvolvimento social a partir das TIC, importa compreender que, na construção do Estado aberto, o exercício da cidadania é consolidado necessariamente pelo uso e pelo acesso da informação de forma democrática e pelo combate à exclusão, matérias em que o Direito não pode deixar de estar envolvido, “pois tanto a conquista de direitos políticos, sociais e civis como a implementação dos deveres do cidadão dependem fundamentalmente do livre acesso à informação sobre tais direitos e deveres” (Castells, 2003, p. 09).

A cidadania é o próprio direito à vida no sentido pleno. Trata-se de um direito que precisa ser construído coletivamente, não só em termos do atendimento às necessidades básicas, mas de acesso a todos os níveis de existência, incluindo o mais abrangente, o papel do(s) homem(s) no Universo (e.g., Fernández-Prados, Lozano-Díaz, Ainz-Galende, (2021) e Covre, 2001, p. 11).

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Mas afinal, o que significa e qual a importância da cidadania e cidadania digital para as populações pobres em Belo Horizonte, Brasil?

De acordo com os resultados emergidos pela ACP da cidadania pode-se inferir que para as pessoas de classes sociais baixas e que utilizam espaços de inclusão digital, cidadania é representada, em primeiro lugar, pelos indicadores associados ao direito social, como, ter o que comer, ter moradia (casa), ter responsabilidade, ter ocupação profissional reconhecida por lei, ter lazer, e ter direito ao trabalho e a rendimentos, o que pode justificar-se pelo baixo nível socioeconômico e as necessidades básicas de sobrevivência desta população. Para este grupo de pessoas ter lazer também está entre as necessidades básicas de sobrevivência, bem como ter uma ocupação remunerada reconhecida pelo Estado e pela sociedade para que tenham dignidade de viver e possam saber o seu papel no grupo e na sociedade. Superada estas necessidades básicas, em seguida e não menos importante, estão as necessidades de ser livre e respeitado que são representadas pelos indicadores associados ao direito civil como: ter liberdade de pensamento e comunicação, respeitar o espaço de cada um(a), viver coletivamente em harmonia, ser livre (na sociedade) e saber ouvir e falar. Logo pertencer a uma classe social de menor poder aquisitivo não significa não querer participar da construção da sociedade em que vivemos, ao contrário, esta população quer ser ouvida e respeitada. Reforçando e dando coerência aos indicadores associados com os direitos social e civil estão os indicadores correlacionados com o direito político como: poder participar em questões sociais, ambientais, políticas etc., manifestar-se politicamente de forma livre, participar de movimentos políticos/sociais, poder pronunciar-se e lutar pelos seus direitos, fazer-se ouvir, dentre outros. Assim o exercício da cidadania para estas classes sociais perpassa os três direitos básicos: social, civil e político, demonstrando-se, mais uma vez, que é fundamental erradicarmos a pobreza para que outras necessidades aflorem para o pleno exercício da cidadania.

Já a Cidadania digital é, sobretudo, sinônimo de ter direito e acesso à informação online para que lhes permitam participar efetivamente em todas as esferas sociais da sociedade em que vivem. Exercer a cidadania digital é lutar contra a exclusão digital e para o acesso às TIC de jovens pobres que não têm oportunidades, demonstrando uma clara preocupação com o outro ao ajudá-los a sentirem membros com participação na sociedade. Assim, a cidadania digital tem forte ligação com o direito político, como uma forma online de manifestar e mobilizar as pessoas nesta sociedade da informação.

Cabe-nos interpretar, pois não é objetivo deste artigo correlacionar cidadania e cidadania digital estatisticamente, que para se exercer os direitos explicitados da cidadania (civil, político e social), na sociedade em rede, faz-se necessário o exercício da cidadania digital. Para exemplificar um direito social reivindicado por essas pessoas relacionado a cidadania, ter moradia (casa), atualmente os programas de habitação exigem que seus participantes façam cadastros em plataformas online e acompanhem o seu processo de aprovação ou não de seu cadastro. Outro exemplo é ter rendimentos (cidadania), o que se sabe é que a procura de empregos em plataformas online são majoritárias em todo o mundo e que a oferta de empregos em jornais físicos é quase inexistente. Outro exemplo, agora relacionando o direito político, por exemplo: lutar pelos seus direitos, fazer-se ouvir. Sabe-se que a organização de manifestações e assinaturas de petições são feitas em plataformas online. Podem ser

dados muitos outros exemplos para justificar que para a conquista do exercício da cidadania (direitos) é primordial, se não essencial, que se exerça a cidadania digital. Ou seja, ter acesso a internet e não ser infoexcluído é um preceito básico para o pleno exercício da cidadania.

Será que se pode dizer que essas necessidades emergidas neste estudo fazem parte do exercício da cidadania e da cidadania digital? Claro que não, porque o exercício da cidadania e cidadania digital se limita a esfera de atuação de cada indivíduo e suas comunidades e culturas, de acordo com suas necessidades, não implicando que tal participação, ao seu nível de atuação, lhes dê menos direitos e deveres de participar da sociedade em que vivem.

Em suma, as percepções sobre cidadania digital relevam que são fundamentais na sociedade atual, que se apresenta cada vez mais digital, para garantir, de forma online, o acesso aos direitos estabelecidos na cidadania, ou seja à vida e a viver em sociedade, com participação civil e política reduzindo assim a infoexclusão na sociedade em que vivemos, reafirmando o conceito de Wright (2008, p. 6) que define o exercício da cidadania digital como “a capacidade de participar na sociedade online”, como sendo a definição mais clara do habitar no mundo moderno, em rede.

AGRADECIMENTOS

Este trabalho foi realizado no ISTAR - Information Sciences and Technologies and Architecture Research Center do ISCTE - Instituto Universitário de Lisboa, Portugal, e foi parcialmente financiado pela Fundação para a Ciência e a Tecnologia (Projeto "FCT UIDB / 04466/2020").

REFERÊNCIAS

- Bustamante, J. (2010). *Poder comunicativo, ecossistemas digitais e cidadania digital: Cidadania e redes digitais*. São Paulo: Comitê Gestor da Internet no Brasil. Disponível em: www.cidadaniaeredesdigitais.com.br/_files/livro.pdf.
- Carça, J. (2007). Viver em rede. In J. D. Coelho (org.), *A sociedade da Informação – O percurso Português: Dez anos de sociedade da informação análise e perspectivas* (pp. 149-155). Lisboa: Edições Sílabo.
- Castells, M. (2003). *A era da informação: economia, sociedade e cultura - Poder da identidade*. 4ª ed. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.
- Comitê Gestor da Internet no Brasil (CGI.br) (2013). *Pesquisa sobre o uso das tecnologias de informação e de comunicação no Brasil*. Disponível em: <http://www.cetic.br/educacao/2011/alunos.htm>. Acesso em: 18 jul. 2021.
- Covre, M. L. M. (2001). *O que é cidadania*. (3a ed.). São Paulo: Brasiliense, 2001. (Coleção Primeiros Passos). Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/3896971/modresource/content/1/L.aula2_grupo5_O_que_e_cidadania.pdf.
- Diniz, J. F. (2014). *Cidadania: A evolução de um conceito*. RBDGP, 2(1), 6-11, Pombal - Paraíba, Brasil. Disponível em: <https://slidex.tips/download/rbdgp-revista-brasileira-de-direito-e-gestao-publica-artigo-de-revisao--7>.
- Figueiredo, A. D. (2007). A dimensão crítica da sociedade da informação em Portugal In J. D. Coelho (Org.) *A sociedade da Informação – O percurso Português: Dez anos de sociedade da informação análise e perspectivas* (pp. 139-147). Lisboa: Edições Sílabo.
- Fernández-Prados, J.S., Lozano-Díaz, A. & Ainz-Galende, A. (2021). *A. Measuring Digital Citizenship: A Comparative Analysis*. Informatics, 8(1), 18. <https://doi.org/10.3390/informatics8010018>.
- Garrido, M., Sey A., Hart, T. & Santana, L. (2012). *Literature Review of how Telecentres operate and have an Impact on eInclusion - Exploratory study on explanations and theories of how Telecentres and other community-based e-Inclusion actors operate and have an impact on digital and social inclusion policy goals*. James Stewart, Gabriel Rissola, Gianluca Misuraca and Cristina Torrecillas (Ed.).

- Luxembourg: Publications Office of the European Union. [Online] ISSN 1831-9424. doi:10.2791/97206.
- Laureano, R. M. S & Botelho, M. C. (2017). *IBM SPSS Statistic - O meu manual de consulta rápida*. (3a ed.). Lisboa: Edições Silabo. ISBN:978-972-618-886-5.
- Haddad, S., Oliveira, A. & Cardoso, G. (2016). *Framework para avaliação da cidadania digital entre uma população menos favorecida, no Brasil*. In Á. Rocha, L. P. Reis, M. P. Cota, O. Santana & S. R. Gonçalves (Eds.). *Sistemas y Tecnologías de Información - Actas de la 11ª Conferencia Ibérica de Sistemas y Tecnologías de Información (CISTI'2016)*, I, 767-774. Gran Canaria: AISTI (Asociación Ibérica de Sistemas y Tecnologías de Información) y la Universidad de Las Palmas de Gran Canaria. ISBN: 978-989-98434-6-2 Disponível em: <http://www.aisti.eu/cisti2016/>.
- Marshall, T. H. (1967). *Cidadania, classe social e status*. Rio de Janeiro: Zahar.
- Massensini, R. R. L. S (2011). *Inclusão digital: sob a ótica da cidadania plena*. Pesquisa Brasileira em Ciência da Informação e Biblioteconomia, 6 (2). <http://periodicos.ufpb.br/index.php/abcib/article/view/13128>.
- Mendes, A. S. (2001). *Sociedade da Informação ou sociedade do conhecimento?* Revista Portuguesa de Gestão (15-25). Indeg ed out/nov/dez, Lisboa, Portugal.
- Morais, L. E. & Alturas, B. (2013). *Determinantes do Nível de Satisfação com a Implementação do Governo Eletrónico em Cabo Verde [Determinants of Satisfaction with the Implementation of Electronic Government in Cape Verde]*. Egítania Scientia, 13, 153-173.
- Neves, A. C. (2007). Como definir a sociedade da informação? In J. D. Coelho (org.), *A sociedade da Informação – O percurso Português: Dez anos de sociedade da informação análise e perspectivas* (pp. 57-69). Lisboa: Edições Silabo.
- ONUBR-Nações Unidas no Brasil (2016). *Roteiro para a Localização dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável: Implementação e Acompanhamento no nível subnacional*. Tradução plataforma www.onlinevolunteering.com. Available in <https://nacoesunidas.org/wp-content/uploads/2017/06/Roteiro-para-a-Localizacao-dos-ODS.pdf>. Accessed on: Fev, 01, 2021.
- Pestana, M. H & Gageiro, J. N. (2014). *Análise de dados para Ciências Sociais – A complementariedade do SPSS* (6a ed.). Lisboa: Edições Sílabo.
- Pinsky, J.; Pinsky, C. B. (Org) (2005). *História da cidadania*. (2a ed.). São Paulo: Contexto. ISBN:978-85-7244-217-6.
- Poker, J. G. A. B. (2009). *Considerações sobre as Teorias de integração social e as formas da cidadania*. Revista em Tempo, [S.l.], v. 1, n. 1, mar. 2009. ISSN 1984-7858. Disponível em: <http://revista.univem.edu.br/emtempo/article/view/49>. Acesso em: 26 marc. 2022.
- Ribble, M. (2011). *Digital citizenship in schools*. 2º ed. Washington DC: ISTE. Available in: <https://www.iste.org/docs/excerpts/DIGCI2-excerpt.pdf>. Accessed on: Jun, 11, 2020.
- Silva, F. C. T. (2013). *Arte e cultura na conquista da cidadania e integração social*. Relatório de Estágio (Dissertação de mestrado em Sociologia) Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra. Disponível em: <https://estudogeral.sib.uc.pt/handle/10316/24768>.
- Silveira, S. A. (2010). *Cidadania e Redes Digitais*. Available in: http://www.cidadaniaeredesdigitais.com.br/_files/livro.pdf. Accessed on: Mar, 02, 2021.
- Snyder, S. (2016). *Teachers' Perceptions of Digital Citizenship Development in Middle School Students Using Social Media and Global Collaborative Projects*. Dissertation Walden University Dissertation Submitted in Partial Fulfillment of the Requirements for the Degree of Doctor of Philosophy Educational Technology. Available in: <http://scholarworks.waldenu.edu/dissertations>. Accessed on: Abr, 22, 2016.
- Wright, S. (2008). *Digital Citizenship: The Internet, Society, and Participation*, by Karen Mossberger, Caroline J. Tolbert, and Ramona S. McNeal. *Journal of Information Technology and Politics*, 5 (2), 262-265.